**RESUMO EXPANDIDO EPCA 2024**

OCULTAR MOSTRANDO: A REPRESENTAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NO JORNAL DO AMAPÁ

**Flávia COIMBRA - UNIFAP**[**1**](#_bookmark0)

**Elissandra BARROS - UNIFAP**[**2**](#_bookmark1)

**RESUMO**

Nos meios de comunicação, como rádio, televisão e jornais, as línguas indígenas do Amapá são virtualmente inexistentes. Isso resulta em uma representação unidimensional e muitas vezes distorcida das comunidades indígenas, onde suas vozes, perspectivas e experiências são sistematicamente silenciadas. O não espaço desses sujeitos indígenas, de suas vozes e línguas nos meios de comunicação é um reflexo de um fenômeno mais amplo de marginalização e apagamento das epistemologias, línguas e culturas dos povos originários. Este fenômeno é uma manifestação direta do colonialismo linguístico e cultural. Neste trabalho, analisamos os conteúdos publicados no Jornal do Amapá entre 2023 e 2024 sobre a praga da mandioca, que destruiu as plantações dos indígenas do Oiapoque, privando-os de sua principal fonte de alimento e renda. Nestas reportagens é possível observar lacunas significativas da representatividade das vozes dos sujeitos indígenas e de suas línguas originárias.

**Palavras-chave:** Telejornalismo. Amapá. Representação indígena.

1. **INTRODUÇÃO**

A população indígena do Amapá é de 11.334 pessoas. No Estado, o município de Oiapoque possui 29,43% da população autodeclarada indígena, correspondendo a 8.088 pessoas dos 27.482 habitantes registrados, ou ainda, 71% da população indígena do Amapá, segundo dados do IBGE (2022). Os povos do Amapá são Waiãpi, no sul do Estado; Karipuna, Galibi-Marworno, Palikur-Arukwayene e Galibi-Kalinã, no extremo norte, Oiapoque. Há ainda indígenas Apalai, Wayana, Tiriyó e Kaxuyana que, embora tenham suas terras demarcadas no norte do Pará, são atendidos pelos serviços de saúde e educação no estado do Amapá. Quanto as línguas dos locais atingidos pela crise da mandioca, os Palikur-Arukwayene têm o Parikwaki (Arawak), os Galibi-Kalin'ã, o Galibi (Karib). Para os Karipuna e Galibi-Marworno, falantes do Kheol, destacamos que são os únicos grupos indígenas no Brasil que falam uma língua crioula. Por questões políticas e

1 *Discente do Mestrado Profissional em Estudos de Cultura e Política da Universidade Federal do Amapá, e*-mail: flaviacoymbra@hotmail.com

2 *Docente do Mestrado Profissional em Estudos de Cultura e Política da Universidade Federal do Amapá, e*-mail: elisbarros@unifap.br

identitárias, ocorre a divisão entre Kheuol Karipuna e Kheuol Galibi-Marworno, pois mesmo que aconteça uma intercomunicação da língua, o contexto histórico e político as diferencia.

No telejornalismo amapaense, essa diversidade étnica e também linguística, é virtualmente inexistente. Isso resulta em uma representação unidimensional e muitas vezes distorcida das comunidades indígenas, onde suas vozes, perspectivas e experiências são sistematicamente silenciadas. Como resultado, os indígenas são frequentemente retratados como corpos desprovidos de voz e agência, perpetuando estereótipos e preconceitos arraigados.

Diante disso, a presença indígena no telejornalismo brasileiro pode ser - e é - um recorte relevante para a compreensão da imagem que é transmitida sobre os povos originários através do jornalismo. Desenvolvemos, neste trabalho, uma pesquisa em comunicação que utiliza também a linguística como ferramenta de compreensão, levando em consideração conceitos como o linguicídio e epistemicídio, termos que serão explicados posteriormente, no desenvolvimento. Ao citar as línguas, não nos aprofundamos na morfossintaxe das palavras, mas no papel das mesmas na manutenção histórica dentro e fora dos territórios, na propagação de preconceitos e principalmente, no potencial das línguas como ferramenta de luta e resistência.

Esta pesquisa tem o objetivo de analisar a cobertura do Jornal do Amapá 1a Edição sobre a crise da mandioca em áreas indígenas no Oiapoque, entre 2023 e 2024. A localidade, situada no extremo norte do país, foi vítima de uma infestação que destruiu suas plantações, com 3 fungos e 1 bactéria, que não permitem que o tubérculo da mandioca se forme, enfraquecendo as raízes e os caules das plantas. Ao afetar sua principal fonte de alimento e renda, prejudicou também o modo de vida, as atividades culturais, religiosas, e na segurança alimentar dos moradores.

De acordo com Fonseca (2023), a crise afeta diretamente o sustento de quase 8 mil indígenas em 66 aldeias. Diante da abrangência da praga, no dia 2 de julho de 2023, foi feito o decreto oficial que declarou situação emergencial nas localidades atingidas. Destacamos os prejuízos não apenas comerciais, mas culturais, uma vez que o trabalho coletivo nas roças e na produção de farinha envolvem a interação familiar, o repasse cultural, as práticas ancestrais de seus povos e sua independência financeira.

Levamos em consideração o que para Costa (2021), é obrigação de todo jornalista: compreender e valorizar as abordagens locais que podem ampliar as visões de mundo de seus telespectadores, sem a ilusão de que o jornalismo atribui voz às fontes, pois ele as escuta e amplifica.

Entendemos que o não espaço desses sujeitos indígenas, de suas vozes e línguas nos meios de comunicação, é um reflexo de um fenômeno mais amplo de marginalização e apagamento das epistemologias, línguas e culturas dos povos originários. Este fenômeno é uma manifestação direta do colonialismo linguístico e cultural. Neste sentido, de acordo com Mignolo (2010), “se o conhecimento é um instrumento imperial de colonização, uma das tarefas urgentes que temos adiante é descolonizar o conhecimento” (p. 11).

A complexidade do tema justifica sua relevância em dois pontos: a manutenção das opressões se alimenta da invisibilidade de certas pautas em detrimento de outras, revelando, dentro dos estudos em comunicação, a necessidade de realizar os questionamentos certos para uma proposta decolonial. Diante disso, a pergunta que orienta essa pesquisa é: O que a cobertura sobre a crise da mandioca no Oiapoque pode

informar sobre a representação dos povos originários no JAP 1?, que foi escolhido como objeto empírico de estudo devido a sua relevância no cenário midiático amapaense e a disponibilidade dos programas na íntegra na plataforma de streaming Globoplay.

O ponto de partida nesta reflexão adota o que Rincón (2018) entende como a complexidade da comunicação, a enxergando além de uma simples mensagem, pois “na América Latina, a comunicação sempre foi outra coisa: um assunto não somente de meios ou tecnologias, mas de processos, práticas e experiências de cultura; mais do que jornalismo ou meios de comunicação” (p. 53). Para o autor, comunicação e cultura estão entrelaçadas, representando uma possível ferramenta de resistência, liberdade e criação, através de processos e práticas que devem ser estudados, pois a comunicação também reitera a existência subjetiva, e garante:

É por isso que proponho que a comunicação é sobre a autoestima das pessoas e da comunidade, o que é muito político, porque as visibilidades descompromissadas importam muito para a visibilidade dos silenciados; e, por isso, o mais político é encher as telas de rostos e corpos invisíveis nos grandes meios e nas máquinas de estilo. Todos temos direito de estar nas telas, porém de estar nelas com nossas próprias estéticas, formas de dizer, afetos e narrativas, o que chamo de cidadanias celebrities (2018, p. 76)

Os jornalistas, ao assumir a responsabilidade de trabalhar com a comunicação, devem compreender que não são produtores de materiais descolados de suas realidades. Eles são participantes sociais com culturas próprias. Esse fato garante ao ofício o desafio de questionar as próprias visões, uma vez que é possível perpetuar discursos opressivos sem a consciência de fazê-los. Em outras palavras, é preciso que as escolhas sejam analisadas considerando também os vazios, como garante Stuart Hall, ao abordar a identidade e as mediações culturais: “um vazio pode não estar preenchido, mas não é um vácuo” (2013, p. 67), considerando que o não pertencimento também pode ser um projeto intencionalmente opressor. Ao tratar do conceito de representação, Hall destaca que as representações não são reflexos diretos da realidade, mas construções simbólicas mediadas pelas práticas discursivas e culturais.

Nessa perspectiva, a não presença de sujeitos indígenas, de suas vozes e línguas nos meios de comunicação é o reflexo de um fenômeno mais amplo de marginalização e apagamento das vozes e culturas dos povos originários. Este fenômeno é uma manifestação direta do colonialismo, que se agrava quando analisamos sujeitos amazônicos. A Amazônia, em detrimento da população, tem muito mais relevância e espaço na mídia do que os moradores e suas vivências.

No telejornalismo amazônico, Costa (2021) propõe refletir sobre a imagem repassada sobre a região através do aprofundamento no campo das representações e divisões do país, nos sentidos espaciais, políticos e culturais. Quando a Amazônia é representada no telejornalismo, vem acompanhada de um conjunto de imagens mentais (imaginários) e audiovisuais (imagens repassadas nas matérias), situação em que as definições não têm obrigação de convergir, e podem assumir posições antagônicas. Apesar de ser uma região conhecida pelo país inteiro, sua descrição é afetada pela imprecisão de narrativas com inúmeras possibilidades de conceito e classificação, inclusive dentro do território amapaense. “A polifonia dessa comunicação reflete a variedade de interpretações e intenções sobre a região presentes na sociedade” (Monteiro,

2011, p. 27).

Após a compreensão de conceitos primários fundamentais dentro desse estudo, buscamos considerar se o processo decolonial na comunicação de um mundo globalizado se adequa às comunidades originárias. Para Santos (2022), a formação das ideologias dentro da globalização produz apagamentos e “por esse viés há uma massificação, que apaga as diferenças. Multi - numa perspectiva discursiva - não significa a diversidade, mas sim uma prática que, quando universalizada, segrega” (2022, p. 28).

No que diz respeito a metodologia, a pesquisa apresentada é de natureza básica, com o objetivo de gerar reflexões que contribuam para o avanço do telejornalismo e da representação indígena no telejornal do Amapá. Ela visa aprofundar o conhecimento na área específica, sem a intenção de uma aplicação prática imediata ou pré-definida. Além disso, segue a linha descritiva, considerando a observação e o registro de análises de dados, destacando suas características, causas e relações, buscando compreender não apenas como ocorrem essas representações, mas quais os motivos de se representar algo de uma maneira e não de outra (PRODANOV; FREITAS, 2013; Gil, 2021).

A ideia inicial da pesquisa foi realizar a coleta de todas as reportagens com temáticas indígenas que foram veiculadas no Jornal do Amapá 1ª Edição, entre 2023 e 2024. No entanto, compreendemos que um material extenso, dentro desta metodologia, seria menos proveitoso do que uma delimitação mais profunda. Selecionamos, então, todo o conteúdo publicado pelo JAP 1 sobre a crise da mandioca em áreas indígenas no Amapá, por ser um tópico atual, relevante, e com grande potencial analítico. Encontramos cinco reportagens sobre o tema, através do banco de dados da plataforma de streaming Globoplay, que disponibiliza os telejornais da emissora na íntegra.

Como o objetivo deste trabalho é analisar a representação indígena no Jornal do Amapá 1ª edição, utilizamos a sistemática da Análise da Materialidade Audiovisual proposta por Coutinho (2016). A metodologia foi desenvolvida no âmbito do Núcleo de Jornalismo Audiovisual e do laboratório de pesquisa em jornalismo (CNPq/UFJF), grupo atuante desde 2009. A escolha se justifica na intenção de um sistema que permite uma análise mais completa, pois observa as especificidades da narrativa audiovisual dentro do jornalismo, levando em consideração também seus contextos e suas presenças camufladas. De acordo com a autora, é necessário delimitar um objeto de pesquisa, preencher as informações em fichas de leitura, para que só depois o referencial teórico seja relacionado e analisado.

Montamos, então, uma ficha de análise com as cinco edições do JAP 1, de maneira que tempo, texto, som, imagem e edição fossem abordados, respeitando as especificidades do material. O objetivo, nessa etapa, foi transformar a totalidade das informações em unidades de análise.

Quadro 1: Ficha de análise dos dados coletados nas edições do JAP 1

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Data | Pauta | Formato | Duração | Imagens | Fontes | Temp o das fontes | Autoria | lin k |
| Data da ediçã | Resumo do que foi abordado | Nota, nota coberta, nota seca, | Tempo do jornal destinad | Imagens que foram | Fontes utilizada s no | - | Repórter responsáve l pelo | - |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| o | sobre a temática no telejornal. | reportage m egrande reportage m | o aotema | veiculada s nomaterial | objeto analisad o |  | material jornalístic o |  |

Fonte: elaborada pelas autoras, 2024.

1. **ANÁLISE E COMENTÁRIO DO CONTEÚDO**

Ao analisar o conteúdo televisivo do Jornal do Amapá, nos deparamos com uma série de reportagens que retratam corpos indígenas como sujeitos sem voz, povos sem línguas. Em seus estudos sobre a colonialidade do poder, Aníbal Quijano destaca que após o fim formal do colonialismo, essas estruturas de poder continuam a existir e influenciam as relações sociais, econômicas e políticas. Quijano (2005) garante que o processo de colonização não acabou, apenas metamorfoseou-se, resultando em duas implicações decisivas: o despojamento das singularidades históricas das identidades dos indivíduos e o despojo do seu lugar na história da produção cultural da humanidade. Para Costa (2011), todo o cognitivo das raças não europeias foi condenado ao passado, sempre atrelado ao primitivo, inferior.

Nas reportagens veiculadas no Amapá sobre os povos indígenas o colonialismo se manifesta de maneiras sutis, mas profundas. A falta de representatividade indígena, de suas vozes e línguas, mesmo nas reportagens que pretendem retratar tais povos, evidencia a hegemonia da narrativa dominante, que marginaliza e silencia as perspectivas indígenas. Além disso, a omissão da história e do contexto do fato apresentado contribui para uma compreensão superficial das questões enfrentadas por essas comunidades, perpetuando uma visão estereotipada e descontextualizada dos povos indígenas como vítimas passivas, incapazes de autogerir suas próprias vidas. Essa narrativa de vitimização reforça a ideia prejudicial de que os povos indígenas dependem do apoio e da "proteção" externa, ignorando sua resiliência, autonomia e capacidade de agência. Vistos assim, os corpos indígenas, sem voz própria, podem ser vistos como exemplos de subalternidade, onde sua presença física é notada, mas sua capacidade de fala e representação é negada.

1. **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A cobertura sobre a crise da mandioca no Oiapoque feita pelo Jornal do Amapá Primeira Edição aponta para uma persistente marginalização das vozes indígenas nas reportagens do Jornal do Amapá, refletindo o conceito de "ocultar mostrando", em que as histórias dos povos indígenas são contadas sem a inclusão de suas próprias vozes e experiências.

Citamos aqui o colonialismo, pois é a partir da compreensão da relação entre

oprimido e opressor que buscamos compreender as dinâmicas atuais dentro do telejornalismo amapaense. Frantz Fanon, em Os Condenados da Terra (1961), descreve a estratégia de dominação colonial como um mecanismo que não se contenta em controlar e oprimir o presente e o futuro do território tiranizado, e complementa: “O colonialismo não se satisfaz em manter um povo entre suas garras e esvaziar o cérebro dos nativos de toda a sua forma e conteúdo. Por uma espécie de lógica perversa, ele regressa ao passado do povo oprimido, e distorce-o, desfigura-o e o destrói” (2005, p. 243).

Em outras palavras, a luta por uma comunicação amazônica decolonial existe pois é necessário recuperar o passado e o presente desses povos, para que só então seja possível pensar em um futuro. A existência e a representatividade desses corpos e histórias nos telejornais deve estar ligada as suas reais opiniões. Essas definições explicam, parcialmente, como as escolhas jornalísticas em coberturas indígenas são limitadas a uma cosmovisão monotemática, que apenas reproduz o que já é veiculado pelas mídias há décadas. A singularidade das narrativas e a perpetuação da voz passiva nesses conteúdos demonstra, que mesmo ao contar uma história, é possível apagar os sujeitos que estão sendo retratados.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

COSTA, Vânia Maria Torres *et al*. À sombra da floresta: os sujeitos amazônicos entre estereótipo, invisibilidade e colonialidade no telejornalismo da Rede Globo. 2011, pg 5-40.

COUTINHO, Iluska. O telejornalismo narrado nas pesquisas e a busca por cientificidade: A análise da materialidade audiovisual como método possível. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 36, 2016, São Paulo. Anais [...] São Paulo: Intercom, 2016.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2022.

MIGNOLO, Walter D. Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones del signo, 2010.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-132.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Amazônia: encruzilhada civilizatória. Tensões territoriais em curso. Obrajes: IPDRS - Instituto para el Desarrollo Rural de Sudamérica, 2018, p. 25-47.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Feevale, 2013.

RINCÓN, Omar. Mutações bastardas da comunicação. **MATRIZes**, v. 12, n. 1, p. 65-78, 2018.

STUART, H. A. L. L. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, v. 124, p. 93-125, 2003.